

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 'Taxa das blusinhas': importação cai 11%, receita sobe 40%.....	3
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Carf garante direito à alíquota zero de Cofins.....	4
O GLOBO - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Haddad anuncia novo consignado para setor privado.....	5
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL Com fila do INSS em alta, Previdência volta a sofrer com "apagão" de dados.....	7
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL SEGURIDADE SOCIAL Casa Branca recua de medida para congelar fundos sociais.....	9
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL Burnout cresce no Brasil e líderes podem impactar resultados.....	11
CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO SERVIDOR PÚBLICO Destino dos imigrantes ilegais: Guantánamo.....	12
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Sob Galípolo, Selic vai a 13,25%, mesmo nível de agosto de 2023.....	14
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Perspectivas globais para 2025: novas políticas e incertezas.....	15
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA POLÍTICA Gleisi deve ganhar ministério no Planalto.....	17
O GLOBO - RJ - POLÍTICA ECONOMIA A eleição de 2026 será de mudança; crise do pix foi so mais um sintoma.....	18
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA POLÍTICA Centrão critica demora da reforma.....	20
O GLOBO - RJ - POLÍTICA POLÍTICA Kassab vê Haddad 'fraco' e Lula com chance de revés; PSD expõe insatisfação.....	22
O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA POLÍTICA Críticas de Kassab ao governo federal acirram tensão do PSD com Lula por espaço na Esplanada.....	24

Quinta-Feira, 30 de Janeiro de 2025

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SAQUE ANIVERSÁRIO

Bancos resistem a teto para taxa de juros 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Copom eleva juros para 13,25% ao ano 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Crise da imigração e a necessidade de novas posturas (Editorial) 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Dureza do Copom nomeado por Lula - CELSO MING 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Fed mantém juros e diz que inflação está "elevada" 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Inércia deve ganhar peso na inflação de serviços em 2025 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Alimentos 'importantes' podem ter juro menor, afirma ministro 34

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

'Inflação deve piorar mais e Selic ir além dos 14,25%' 36

'Taxa das blusinhas': importação cai 11%, receita sobe 40%

BERNARDO LIMA bemardo.lima@bsb.oglobo.com.br

O número de encomendas internacionais feitas pelos brasileiros caiu 11% em 2024 na comparação com o ano anterior, informou ontem a Secretaria da **Receita Federal**. No entanto, a arrecadação sobre as compras internacionais subiu mais de 40% e chegou a R\$ 1,98 bilhão, recorde na série histórica da Receita.

A arrecadação referente exclusivamente à "taxa das blusinhas", ou seja, sobre as compras de até US\$ 50, correspondeu a cerca de 35% do total.

Segundo a **Receita Federal**, a arrecadação sobre estes produtos foi inferior ao projetado inicialmente, chegando a R\$ 670 milhões até dezembro de 2024. A projeção de arrecadação era de algo em torno de R\$ 770 milhões.

No ano passado os brasileiros importaram um total de 187,12 milhões de remessas internacionais. Em 2023, o número foi de 209,57 milhões.

"Apesar do decréscimo na quantidade de importações de remessas internacionais, a arrecadação do Imposto de Importação nessas operações apresentou recorde histórico, atingindo R\$ 2,79 bilhões, um incremento de 40,7% em relação a 2023, que foi de R\$ 1,98 bilhões", informou a Receita.

Em junho de 2024, o Congresso Nacional aprovou a "taxa das blusinhas", que prevê aplicação do Imposto de Importação de 20% nas compras de até US\$ 50 feitas em plataformas on-line. A cobrança foi retomada no início de agosto, após um ano de isenção. Acima desse valor, o imposto é de 60%. Em todos os casos, há ICMS de 17%.

O crescimento da arrecadação, segundo a Receita, não se deve apenas à cobrança da alíquota de 20% para compras abaixo de US\$50.

"O aumento se deu preponderantemente por conta do aumento das importações em geral, de até US\$ 3 mil", explicou a **Receita Federal** em nota.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/oglobo/20250130/page/39>

Carf garante direito à alíquota zero de Cofins

Uma importadora de produtos químicos obteve, no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, o direito à alíquota zero de Cofins sobre matérias-primas para adubos e fertilizantes. Os conselheiros entenderam que basta ao contribuinte comprovar a venda de insumos para fabricantes desses produtos.

A decisão, da 1ª Turma da 4ª Câmara da 3ª Seção, é importante, segundo tributaristas, por afastar restrição imposta pela **Receita Federal**. Para o órgão, seria necessário comprovar a efetiva utilização das matérias-primas na fabricação de adubos e fertilizantes para ter direito ao benefício da alíquota zero do PIS e da Cofins.

A discussão envolve o Decreto nº 5.630, de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.925, de 2004. O artigo 1º, inciso 1, parágrafo 2º, diz que "a redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da

Cofins, no caso das matérias-primas de que tratam os incisos I e II do caput, aplica-se somente nos casos em que a pessoa jurídica adquirente seja fabricante dos produtos neles relacionados".

No caso, a importadora de produtos químicos recorreu ao **Carf** depois de não conseguir validar compensações fiscais realizadas com créditos de Cofins - gerados pelo fato de considerar ter o direito à alíquota zero da contribuição social. Alegou que comercializa micronutrientes essenciais à fabricação de fertilizantes, como boro, zinco, cobre e molibdênio, e que "a fiscalização restringiu de forma indevida o alcance das normas que regulam o tema".

Ao analisar o caso, o relator, conselheiro Laércio Cruz Uliana Junior, entendeu que "a intenção da legislação, ao conceder a alíquota zero é garantir que o referido benefício seja concedido na venda interna de insumos utilizados na produção de fertilizante, e, evidentemente, a comprovação se dá por forma muito mais simples do que a pretendida

pela DRJ [Delegacia Regional de Julgamento da **Receita Federal**].

Para ele, a importadora de produtos químicos "produziu todas as provas que estavam ao seu alcance e que está comprovado nos autos que os adquirentes preenchem a condição de fabricantes de fertilizantes enquadrados no Capítulo 31 da TIPI [Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos

Industrializados], tendo obtido matéria-prima da recorrente".

O contribuinte, acrescenta ele em seu voto, juntou aos autos declarações assinadas por clientes. Nelas, constam que os produtos adquiridos foram usados como insumo na produção de fertilizantes, contendo denominação social e CNPJ e notas fiscais de venda. "Entendo que a recorrente preencheu todos os requisitos legais para aplicação da alíquota zero de PIS e Cofins disposta no artigo 1º, I, da Lei nº 10.925/2004", diz (processo nº 10875.910251/2011-20).

Segundo o advogado Henrique Mello, sócio do escritório HMLAW, o

Carf, no caso, considerou suficientes as provas produzidas pelo contribuinte. "A decisão traz mais segurança para quem é fornecedor de matérias-primas para adubos e fertilizantes" afirma ele, acrescentando que, no caso, o contribuinte ainda teve o cuidado de apresentar declarações dos adquirentes, que comprovavam que eram fabricantes e que utilizaram devidamente os insumos.

Para o advogado Caio Quintel-la, do Nader Quintella Advogados, "é uma excelente decisão", que inaugura uma posição favorável aos contribuintes sobre um entendimento muito polêmico da **Receita Federal** na fiscalização do mercado de adubos e fertilizantes. "Entendeu-se no acórdão que há um excesso de exigência do Fisco, quando a legislação apenas exige que a mercadoria seja matéria-prima na fabricação de fertilizantes, ainda que em momento posterior da cadeia", diz.

Procurada, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional informou que não se manifestaria sobre o assunto.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Carf garante direito à alíquota zero de Cofins

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188104?page=1§ion=4>

Haddad anuncia novo consignado para setor privado

KAROLINI BANDEIRA, THAÍS BARCELLOS E JENIFFER GULARTE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o governo apresentará uma proposta de reformulação do crédito consignado para trabalhadores do setor privado. A ideia é integrar os bancos à plataforma eSocial, sistema digital do governo em que todas as empresas são obrigadas a registrar os dados de seus empregados.

O interessado poderá comparar as taxas oferecidas pelas instituições financeiras na modalidade de crédito que permite desconto das parcelas diretamente da folha de pagamento e tem taxas de juros mais baixas, como antecipou O GLOBO. O objetivo é triplicar o volume de crédito consignado para o setor privado e chegar a R\$ 120 bilhões.

A decisão foi anunciada após reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e representantes dos bancos. A expectativa é que o projeto seja enviado ao Congresso em fevereiro, mas ainda não se sabe se será por projeto de lei ou por medida provisória.

- Vamos criar uma nova plataforma virtual que vai permitir a milhões de brasileiros que hoje não têm acesso ao crédito consignado barato essa abertura. Todos os celetistas -disse Haddad.

Atualmente, o acesso ao consignado privado fica restrito à instituição financeira com a qual o empregador tem convênio. Assim, a tendência é aumentar a oferta e a competição

entre bancos, com um efeito de redução dos juros cobrados.

Além disso, vai permitir que o trabalhador mantenha o empréstimo se mudar de emprego, o que reduz o risco para os bancos. As condições de garantia, a princípio, continuarão iguais. Poderá ser descontado até 30% do salário e 10% do saldo do FGTS.

DEMOCRATIZAR ACESSO'

A ideia da Fazenda era permitir que uma parte maior do FGTS pudesse ser usada para garantir o pagamento do crédito, o que reduziria mais os juros. O Ministério do Trabalho, contudo, é contra, assim como

o setores de infraes-estrutura, imobiliário e de saneamento, que usam o saldo do FGTS para financiamento.

Haddad destacou que, atual-

mente, o saldo de crédito do consignado privado é muito menor do que a modalidade para **servidores públicos** ativos e para aposentados e pensionistas, que têm maior garantia. Segundo Haddad, a folha de pagamento do setor privado é de R\$ 120 bilhões, mesmo montante do serviço público e dos aposentados juntos.

Mas o volume de crédito é muito menor, de R\$ 40 bilhões para os empregados CLT e de R\$ 600 bilhões para o funcionalismo e o **INSS**.

A medida tende abeneficiar mais funcionários de empresas de médio e pequeno porte, que hoje não têm convênios com bancos, e trabalhadores domésticos. Segundo o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, a política pode beneficiar 42 milhões de pessoas.

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febrab), Isaac Sidney, disse que a expectativa é triplicar o saldo de crédito consignado do setor privado, hoje em tomo de R\$ 40 bilhões:

-Temos perspectiva positiva de que esse crédito para o trabalhador privado vai ser mais barato, vai ser ampliado. Nós vamos democratizar o acesso e estamos estimando que esses R\$ 40 bilhões possam triplicar.

Perguntado se haverá prazo mínimo de atuação no setor privado para ter acesso ao crédito, Haddad disse que essa é uma decisão de cada banco:

-Cada banco irá decidir sua linha e análise de risco. É um desafio para os bancos fazer o cálculo para cada cadastro e pedido. A novidade é que você

vai estar usando um mecanismo geral, o eSocial, com as taxas de crédito pessoal. Com a garantia associada, a tendência forte é que, pela utilização do eSocial, você dê um por cento ao mês de juro.

Sidney disse que os dados do eSocial vão ajudar os

bancos a analisar o risco de crédito dos trabalhadores. Ele defendeu que não seja definido um teto de juros, como ocorre no consignado do **INSS**.

Além de Haddad, Marinho e Lula, estiveram na reunião o presidente do Conselho Diretor da Febraban, Luiz Carlos Trabuco, e os presidentes dos cinco principais bancos: Marcelo Noronha, do Bradesco; Milton Maluhy, do Itaú; Mário Leão, do Santander; Tarcia-na Medeiros, do Banco do Brasil; e Carlos Vieira, da Caixa.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20250130/page/39>

Com fila do INSS em alta, Previdência volta a sofrer com "apagão" de dados

Jéssica Sant"Ana De Brasília

As estatísticas da **Previdência Social** voltaram a sofrer um "apagão" de dados. O Boletim Estatístico da **Previdência Social** (BEPS), principal relatório divulgado pelo governo na área, que contém os dados detalhados sobre requerimentos, concessões e emissões de benefícios, está com divulgações atrasadas. O último boletim disponível é de setembro de 2024. O atraso acontece no mesmo momento em que a fila do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) voltou a subir.

De acordo com o dado de setembro, a fila alcançou 1,8 milhão de requerimentos, o maior número desde julho de 2023, quando estava em 1,83 milhão. O crescimento aconteceu no segundo semestre do ano passado. Em janeiro de 2024, havia quase 1,6 milhão de requerimentos aguardando análise, mas o montante caiu ao longo dos meses, ficando em 1,3 milhão em junho. Porém, a partir de julho, a fila voltou a crescer.

Segundo apurou o Valor, técnicos do governo dizem que a fila se manteve em alta até o fim do ano passado, devido ao crescimento dos novos requerimentos de benefícios, que passaram de uma média de 1 milhão de novos pedidos mensais para 1,4 milhão. Com isso, esse número de novos pedidos se acumula com aqueles aguardando análise há mais tempo, fazendo a fila aumentar.

Técnicos também admitem que a greve dos servidores do **INSS** e dos peritos médicos, que durou mais de cem dias, ajudou a fazer com que a fila aumentasse. Há, ainda, a suspeita de muitos requerimentos sendo feitos por robôs, e não por uma pessoa que de fato tem direito a uma aposentadoria ou outro benefício do **INSS**, o que também tem impactado a fila.

Porém, membros do Ministério da **Previdência Social** (MPS) costumam destacar que, apesar do aumento da fila, o tempo de espera está, em média, em 39 dias, dentro do limite legal de até 45 dias para resposta. Do 1,8 milhão de requerimentos na fila de espera em setembro, 39% aguardam resposta há mais de 45 dias, enquanto 61% estavam dentro do prazo.

Já sobre o atraso nas publicações do Beps, os servidores normalmente atribuem a falha a problemas

nos dados enviados pela Dataprev, a estatal do governo responsável por gerir os dados da **Previdência Social**. Questionado pelo Valor, o MPS não retornou.

O **INSS** lançou em 2023 o chamado "Portal da Transparência Previdenciária", que nada mais é do que um recorte dos dados do Beps. A promessa também era que os dados seriam "atualizados mês a mês para que cidadãos, segurados, servidores e imprensa tenham acesso às informações". Porém, o último boletim é de setembro de 2024. Em nota, o **INSS** disse que ainda não recebeu os novos dados, por isso não há previsão de quando o portal será atualizado.

Essa não é a primeira vez que a publicação do Beps sofre atraso. No primeiro semestre de 2024, houve somente a divulgação do boletim com dados de janeiro e fevereiro na periodicidade correta, com os demais sendo atualizados somente depois de julho, devido a um desligamento do Sistema Único de Informações de Benefícios (Suibe), uma base de dados utilizada pelo **INSS** e pelo MPS.

O ministério também tem atrasado a publicação dos Boletins Estatísticos Mensais de Benefícios por Incapacidade. A publicação é relevante porque traz um recorte sobre o auxílio-doença, que teve sua concessão facilitada pelo atual governo, com a implementação do Atestmed. A última publicação desse boletim também é de setembro de 2024 e, ao longo do ano passado, também houve atraso nas divulgações dos demais meses.

O governo parou, ainda, de publicar o "Informe da **Previdência Social**", um boletim que trazia análises do próprio governo sobre a **Previdência Social**, além de dados sobre arrecadação. Esse boletim existia desde 1999 e a sua última publicação foi em abril de 2023.

O descaso com a publicidade dos dados relacionados ao principal gasto do Orçamento tem chamado a atenção de especialistas. "Eu fico extremamente preocupado com essa ausência de informações, porque informações, dados, artigos e análises estão deixando de ser oferecidos à sociedade", afirma o professor da Faculdade de Economia e Administração da USP Luís Eduardo Afonso, especialista em

Previdência Social.

"Numa situação em que a gente discute o arcabouço fiscal, se as contas públicas são sustentáveis ou não, um conjunto de informação fundamental é sobre a Previdência. A sociedade está deixando de ter acesso a essas informações de uma maneira que nunca aconteceu antes", completa o professor.

Ele avalia que não é possível saber se a falta de publicidade dos dados acontece devido a uma "política deliberada do governo ou se esse governo não dá a importância devida às informações". "Qualquer uma das alternativas é preocupante."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188104?page=14§ion=1>

Casa Branca recua de medida para congelar fundos sociais

O presidente dos EUA, Donald Trump, revogou ontem uma medida que congelava uma série de subsídios, empréstimos e assistência financeira federais. A rescisão da ordem foi uma reversão dramática após dias de incerteza e ansiedade abalarem governos estaduais e locais e organizações sem fins lucrativos.

A mudança ocorre depois que uma juíza federal bloqueou temporariamente a diretiva na terça-feira. O Escritório de Administração e Orçamento (OMB, pelas iniciais em inglês) da Casa Branca, declarou o texto do memorando original "revogado".

Trump estuda meios para desafiar os limites legais de seus poderes sobre gastos - informou sem dar detalhes a agência Bloom-berg- para evitar que fundos públicos cheguem a projetos de incentivo à diversidade, programas de inclusão social de minorias, de planejamento familiar, educação sexual e outras agendas que os trumpistas chamam de "woke".

"O OMB revogou o memorando para acabar com qualquer confusão sobre a política federal criada pela decisão do tribunal e pela cobertura desonesta da mídia", disse a porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt. "Esta ação deve efetivamente encerrar o processo judicial e permitir que o governo se concentre em cumprir as ordens do presidente sobre controle dos gastos federais", acrescentou Leavitt.

"Nas próximas semanas e meses, mais ações executivas continuarão a acabar com o desperdício flagrante de financiamento federal", acrescentou. Ela disse que as ordens executivas que tratam de proibir o uso de fundos federais para programas de diversidade, aborto e outras agendas progressistas combatidas pelo novo governo Trump, "permanecem em pleno vigor".

A senadora Patty Murray, principal democrata na comissão de Dotações, chamou o recuo temporário da Casa Branca de "uma vitória importante para o povo americano", elogiando aqueles que se manifestaram contra a medida e pressionaram a Casa Branca. Ela acusou o governo Trump de "semear o caos com uma combinação de pura incompetência, intenções cruéis e desrespeito deliberado à lei".

"Como foi explicitamente declarado, isso não afeta de forma alguma a **Previdência Social**, Me-dicare

(sistema de seguros de saúde gerido pelo governo federal) ou outros direitos dos quais os americanos dependem", disse Trump ontem, em um evento na Casa Branca, para justificar o plano de congelamento. "Estamos apenas tentando olhar para partes da grande burocracia onde houve tremendo desperdício, fraude e abuso", afirmou.

O governo federal repassou no último ano-fiscal mais de US\$ 1,2 trilhão em financiamentos de programas sociais, e outros US\$ 2 trilhões em empréstimos.

O congelamento pretendido por Trump atraiu críticas biparti-dárias de legisladores que temiam que ele colocaria em risco iniciativas antipobreza, pesquisas médicas e outros serviços essenciais. A

suspensão dos recursos era ampla demais até mesmo para defensores do rigor orçamentário. "Não há soluções rápidas ou truques infalíveis. Cortar gastos é um trabalho sujo e sem glamour que exige planejamento duro", disse John Hart, CEO da American Transparency e ex-assessor do ex-senador republicano Tom Coburn, em crítica aos métodos confusos do governo para tentar revisar os fundos.

O Estado de Washington disse que até 32% do seu orçamento anual estava em risco, e que mesmo uma pausa temporária "interferiria em programas estaduais críticos", como tratamento usuários de drogas, merenda escolar, manutenção de rodovias e cuidados infantis para trabalhadores de baixa renda, segundo o jornal "The New York Times".

Loren AliKhan, juíza que emitiu a suspensão do congelamento na terça-feira, atendeu a um pedido de organizações da sociedade civil. Uma advogada dos grupos, Jessica Morton, alegou que o congelamento "criaria danos inequívocos, iminentes e sérios".

Demissão voluntária. Em um e-mail enviado a dois milhões de funcionários federais na terça-feira, o governo Trump ofereceu um programa de demissão voluntária que permitiria que eles permanecessem na folha de pagamento até 30 de setembro, mas sem ter de comparecer ao trabalho. O e-mail deu aos funcionários até o dia 6 de fevereiro para decidir se participariam.

Dois dos maiores sindicatos de trabalhadores federais

dos EUA orientaram filiados a não confiar na oferta. E muitos servidores se revoltaram com a mensagem, que traz implícita a possibilidade de demissão em caso de recusa.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188104?page=14§ion=1>

Burnout cresce no Brasil e líderes podem impactar resultados

O número de afastamentos do trabalho por burnout atingiu, em 2023, o maior patamar dos últimos dez anos no Brasil, de acordo com dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), vinculado ao Ministério da **Previdência Social**. Esse crescimento foi impulsionado principalmente durante a pandemia de coronavírus. Comparado a 2019, houve um aumento de 136%. Em uma década, os afastamentos pelo esgotamento profissional apresentaram um crescimento expressivo de quase 1.000%, trazendo a saúde mental do trabalhador para o centro de diversos debates.

Nesse aspecto, a liderança eficaz se mostra uma ferramenta importante para prevenir o problema e construir ambientes de trabalho mais saudáveis e produtivos. Uma recente revisão de literatura, conduzida pelas pesquisadoras Ana Lucia Teixeira Hirschle e Sônia Maria Guedes Gondim, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), revelou que fatores como organização das tarefas, demandas profissionais e recursos pessoais, como resiliência e autoeficácia, desempenham papéis de destaque no bem-estar dos trabalhadores.

Além disso, o suporte social de colegas e superiores foi identificado como um elemento que pode reduzir de forma significativa os impactos negativos do estresse no ambiente profissional.

Bia Nóbrega, especialista em Desenvolvimento Humano e Organizacional com quase 30 anos de experiência e embaixadora da Orienteme, plataforma que oferece soluções integradas para promover a saúde, bem-estar e produtividade, lembra que líderes com uma postura humanizada podem identificar sinais precoces de esgotamento, diminuindo assim os impactos do estresse em suas equipes. "O estilo de liderança exerce uma influência direta na saúde mental dos colaboradores. Gestores autoritários ou negligentes tendem a estar associadas a índices mais altos de burnout, enquanto abordagens mais participativas e empáticas ajudam a construir um clima de confiança e resiliência", completa.

Os ambientes corporativos que conciliam as metas organizacionais com as necessidades individuais dos colaboradores costumam também apresentar menor rotatividade, maior engajamento e melhor

desempenho geral.

"Liderança não é apenas sobre atingir metas, mas sobre garantir que as pessoas que ajudam a alcançá-las estejam bem cuidadas. Líderes que se preocupam genuinamente com o bem-estar de suas equipes criam uma cultura de confiança, pertencimento e produtividade sustentável," explica Bia.

A especialista aponta que a falta de suporte emocional e reconhecimento no ambiente de trabalho pode agravar sintomas de esgotamento, como exaustão extrema, despersonalização e sentimento de incompetência. Por outro lado, práticas como feedback construtivo, flexibilização de rotinas e fomento ao diálogo são eficazes na promoção do bem-estar.

A promoção de uma cultura organizacional saudável não é apenas uma necessidade ética, mas também estratégica para os negócios. Líderes que priorizam a saúde mental de suas equipes contribuem para a construção de um ambiente mais colaborativo, produtivo e sustentável a longo prazo, o que vai gerar melhores resultados em geral.

"Em um mundo corporativo cheio de desafios, o papel da liderança na prevenção do burnout torna-se indispensável para o sucesso das organizações", conclui.

(*) Homework inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

Site: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude-mental/burnout-cresce-no-brasil-e-lideres-podem-impactar-resultados,502d93eb3fcdb22ecd1632ecd6f2b6031kw5k71c.html>

Destino dos imigrantes ilegais: Guantánamo

» *RodRigo CRAveiRo*

A imagem dos prisioneiros, vestidos com uniformes alaranjados e acorrentados, ainda assombra os defensores dos direitos humanos e a comunidade internacional. Na esteira de uma série de medidas contra a imigração ilegal, Donald Trump assinou uma ordem executiva na qual determina ao Pentágono e ao Departamento de Segurança Interna para que preparem a base militar de Guantánamo, em Cuba, a fim de receber até 30 mil estrangeiros não-documentados. "Temos 30 mil leitos em Guantánamo para deter os piores imigrantes criminosos que ameaçam o povo americano.

Alguns são tão maus que nem mesmo confiamos nos países (de origem) para mantê-los, pois não queremos que eles retornem. É um lugar duro de escapar de lá", declarou o republicano, que prometeu dobrar, imediatamente, a capacidade do centro de detenção.

O presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel Bermúdez, reagiu quase que imediatamente ao anúncio de Trump em uma publicação na rede social X. "Em um ato de brutalidade, o novo governo dos EUA anuncia o encarceramento na Base Naval em Guantánamo, localizada em um território de Cuba ilegalmente ocupado, de milhares de migrantes que expulsa à força, colocando-os ao lado das conhecidas prisões de tortura", escreveu.

Guantánamo foi o principal centro de detenção de supostos membros da rede terrorista Al-Qaeda e de prisioneiros de guerra capturados durante os combates no Iraque e no Afeganistão.

Pouco depois, Trump sancionou a "Lei Laken Riley": a primeira legislação de seu segundo mandato ordena a prisão automática, sem necessidade de julgamento, de migrantes que tenham cometido roubo, furto, agressão a um agente da lei ou qualquer crime que resulte em morte ou lesões corporais graves.

"As assinaturas de hoje nos deixam um passo mais perto de erradicar o flagelo do crime migrante em nossas comunidades de uma vez por todas", disse Trump, na presença de congressista e dos pais de Laken Riley, uma estudante de enfermagem de 22 anos assassinada em 22 de fevereiro de 2024, pelo venezuelano José Antonio Ibarra, em Atenas, no estado da Geórgia. Ibarra cumpre pena perpétua. "Manteremos viva a memória de Laken para sempre. (...) Seu nome também viverá para sempre nas leis do

nosso país, e esta é uma lei muito importante", acrescentou o republicano.

A "Lei Laken Riley" foi alvo de críticas dos democratas, ante o custo exorbitante para a implementação da norma: cerca de US\$ 83 bilhões (ou R\$ 486,3 bilhões) até 2028. Em outra medida considerada polêmica, Trump revogou uma extensão do Status de Proteção Temporária (TPS) - o qual impedia a expulsão de mais de 600 mil venezuelanos do país. "O povo desta nação quer esses sacos de lixo fora. Eles querem suas comunidades seguras", disse à emissora Fox News a secretária de Segurança Interna, Kristi Noem, antecipando a decisão da Casa Branca.

Para o jornalista e ativista mexicano Irineo Mujica Arzate, diretor da organização não governamental Pueblos Sin Fronteras, Trump está "atirando a casa pela janela". "Ele está 'batendo e correndo', age assim para que os tribunais não o impeçam.

O presidente utiliza, realmente, táticas de guerra. Não apenas pensa que comemos gatos, mas quer exterminar a comunidade migrante dos EUA", disse à reportagem. Arzate considera que, na concepção de Trump, a definição de crime é muito diferente. "Trump acha que todos aqueles que cruzaram a fronteira e chegaram aos EUA, com ou sem documentos, estão no mesmo barco." Revogação.

Após um juiz do Distrito de Columbia bloquear o congelamento do repasse de verbas para custear programas de assistência, subsídios e empréstimos federais, a Casa Branca recuou momentaneamente da decisão e rescindiu o memorando interno elaborado por seu Escritório de Gestão e Orçamento (OMB, pela sigla em inglês). No entanto, Trump confirmou, no fim da noite, que o congelamento seguirá com "força total" e acrescentou ainda mais confusão à medida. A suspensão dos subsídios seria da ordem dos trilhões de dólares e afetaria milhões de cidadãos americanos.

Com o objetivo de enxugar a máquina do Estado, Trump também ofereceu aos funcionários públicos federais a opção de se demitirem e receberem o equivalente a oito meses de salários.

Os servidores receberam um e-mail em que o governo pede que decidam, até 6 de fevereiro, se desejam integrar um programa de "demissão diferida".

A expectativa da Casa Branca é de que o plano economize até US\$ 100 bilhões (ou R\$ 586 bilhões)

com 2 milhões de funcionários públicos contemplados.

O Departamento de Eficiência Governamental, comandado pelo bilionário Elon Musk - dono da Tesla, da rede social X - e do SpaceX, espera que pelo menos 10% dos servidores se desliguem de seus cargos. Os servidores do serviço postal, militares e funcionários da Imigração estão fora do programa.

Um símbolo da tortura

A prisão militar na base naval de Guantánamo foi inaugurada em 11 de janeiro de 2002, durante o governo do republicano George W. Bush - 122 dias depois de os Estados Unidos sofrerem o maior atentado terrorista da história. A um custo de US\$ 500 milhões por ano (cerca de R\$ 2,93 bilhões), o mais caro campo de detenção do mundo tornou-se um exemplo do abandono do Estado de Direito e local de torturas e de violações dos direitos humanos.

Cerca de 800 suspeitos de terrorismo foram confinados no local, quase todos sem acusações formais ou julgamento. A ideia do governo dos EUA era manter os detidos em uma espécie de limbo jurídico, onde nem as leis americanas nem as leis internacionais vigorariam. Segundo o jornal The New York Times, a prisão também tem sido usada ao longo das décadas para encarcerar migrantes interceptados no mar. Com base em depoimentos, algumas associações denunciam que os migrantes são vigiados quando ligam para um advogado e forçados a usar óculos escuros durante o transporte. Além disso, o local estaria infestado de ratos.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/01/30/all.pdf>

Sob Galípolo, Selic vai a 13,25%, mesmo nível de agosto de 2023

Em sua primeira reunião sob o comando de Gabriel Galípolo, indicado ao cargo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou em 1 ponto porcentual a taxa básica de juros (Selic), para 13,25% - mesmo nível de agosto e setembro de 2023. A decisão foi unânime e seguiu o *guidance forward* (indicação para a frente) da reunião de dezembro, que apontava para mais duas altas da Selic da mesma magnitude neste mês e em março.

Em seu **comunicado**, o Co-pom disse que a elevação de ontem da Selic é "compatível" com a sua estratégia para levar a **inflação** de volta à meta. O BC afirma que o cenário atual exige uma política monetária mais contracionista (de alta de juros). "O cenário mais recente é marcado por desancoragem adicional das expectativas de **inflação**, elevação das projeções de **inflação**, resiliência na

atividade econômica e pressões no mercado de trabalho, o que exige uma política monetária mais contracionista", diz o texto. O comitê manteve a perspectiva de um novo ajuste de 1 ponto na Selic na reunião de março, mas afirmou que para as reuniões seguintes a "magnitude do ciclo será ditada por compromisso/convergência" das taxas de **inflação**.

INVESTIMENTOS. Com a alta de 1 ponto porcentual na taxa básica de juros, especialistas afirmam que o momento favorece os investimentos em títulos pós-fixados, que acompanham diretamente a Selic e o Certificado de Depósito Interbancário (CDI). "Tesouro Selic, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) indexados ao CDI e até mesmo a poupança se beneficiam desse movimento, já que nesses casos a rentabilidade acompanha de perto as variações da taxa básica de juros", diz Larissa Frias, planejadora financeira do C6 Bank.

Investimentos híbridos, que oferecem uma rentabilidade prefixada mais a correção pela **inflação** medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), também estão sendo vistos com bons olhos. Esses ativos têm uma relação indireta com a Selic, já que uma das funções dos juros elevados é controlar a **inflação**, o que torna essa opção interessante no atual contexto de IPCA mais alto.

Além de títulos em CDI, papéis atrelados ao IPCA

tornam-se opções interessantes para quem busca investimentos de longo prazo, de acordo com Marcelo Bolzan, estrategista de investimentos da The Hill Capital. Tais ativos, diz ele, oferecem boa proteção contra a **inflação** e podem ser mais seguros se o emissor for o governo ou bancos de primeira linha. Para quem investe em bancos menores, é importante garantir que o valor não ultrapasse o limite do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), que assegura até R\$ 250 mil por CPF e por instituição.

Fabio Gallo, colunista do Estadão e professor de Finanças da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), elaborou a pedido do E-Investidor uma simulação para avaliar o rendi-

mento de investimentos em renda fixa com a nova Selic. O estudo considera 5,5% para o IP-CA e rentabilidade da poupança de 7,1% ao ano. A simulação calcula a rentabilidade bruta, líquida (descontando **impostos** e taxas) e real (descontando a **inflação**) para investimentos de R\$ 1 mil em diferentes tipos de títulos (mais informações em quadro nesta página). cícero co-

TRIM, FERNANDATRISOTTO, SANDRA MANFRINI e MURILO MELO, ESPECIAL PARA O E-INVESTIDOR

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Perspectivas globais para 2025: novas políticas e incertezas

O ano de 2024 foi excelente para os mercados acionários globais, com o índice MSCI All Country World Index registrando uma alta de 18%, impulsionado principalmente pelos Estados Unidos. Uma economia robusta, crescimento sólido dos lucros e um entusiasmo contínuo pela inteligência artificial (IA) apoiaram o índice S P 500, que subiu 25%. Por outro lado, a renda fixa global enfrentou desafios, com volatilidade nos títulos devido a preocupações fiscais e ao crescimento resiliente em algumas regiões, especialmente nos EUA, mesmo com o início dos cortes nas taxas de juros pelos bancos centrais. Com os excessos da pandemia se dissipando, 2025 traz um novo foco para os investidores: as políticas da nova administração republicana e seu impacto potencial nos mercados.

A economia americana inicia o ano com força para navegar essas mudanças, após um crescimento de quase 3% em 2024, impulsionado pelo consumo, que representou cerca de 80% do crescimento nos três primeiros

trimestres. O investimento empresarial, principalmente em tecnologia, segue forte.

Neste ano, uma moderação do consumo pode resultar em um crescimento do **PIB** em um ritmo mais normalizado de aproximadamente 2,5%. O mercado de trabalho deve continuar saudável, com uma taxa de desemprego estável em torno de 4%. A **inflação**, por sua vez, pode continuar a cair gradualmente, aproximando-se da meta de 2% do banco central até a metade do ano, favorecida por menores pressões em aluguéis e seguros de automóveis.

A trajetória da **inflação** para a segunda metade do ano e além será influenciada pela implementação e "timing" das novas políticas. Medidas como cortes de **impostos**, tarifas mais altas e redução da imigração podem gerar pressões inflacionárias, levando o Fed a ser mais cauteloso ao continuar cortando as taxas de juros este ano. Após reduzir os juros da faixa de 5,25% a 5,5% para a de 4,25% a 4,5%, o mercado agora espera apenas um ou dois cortes adicionais.

Os mercados estarão atentos

à política fiscal e tarifária para prever a **inflação** e a postura do Fed. A discussão fiscal de 2025 se

concentrará na extensão da política "Tax Cuts and Jobs Act", que pode aumentar o déficit nos próximos dez anos. Os mercados já precificaram esse cenário, com os juros dos títulos do Tesouro de dez anos subindo 100 pontos-base (1 ponto percentual) desde setembro de 2024. Porém, novas notícias fiscais, como mais cortes de **impostos** ou desafios na redução de gastos, podem gerar volatilidade adicional e manter o prêmio de risco elevado para investimentos em títulos de longo prazo.

As ameaças de tarifas estão prestes a escalar e serão outra fonte de volatilidade, além de contribuir para a valorização do dólar. No entanto, distinguir o ruído do sinal será essencial. Na guerra comercial de 2018 a 2019, muitas tarifas sobre parceiros comerciais importantes foram ameaçadas, mas poucas foram efetivamente implementadas.

Em contrapartida, a China foi o principal alvo. É provável que os EUA mantenham esse foco, exigindo cautela dos investidores em ações chinesas. Para outras

regiões, como México e Canadá, as tarifas podem servir como ferramentas de negociação em questões como imigração.

A renda fixa global continua sendo um elemento chave dos portfólios, oferecendo proteção nesse ambiente incerto e rendimentos atraentes, especialmente no crédito corporativo. A perspectiva macroeconômica resiliente e os balanços patrimoniais sólidos podem sustentar os títulos de empresas americanas.

Para as ações, embora as grandes empresas de tecnologia tenham liderado os ganhos recentes, a tendência para 2025 é de uma liderança mais diversificada entre os setores.

As ações americanas devem continuar a ser impulsionadas por uma economia resiliente e forte crescimento dos lucros, com analistas projetando um aumento de 14% nos lucros do S P 500. No entanto, o índice enfrenta desafios de alta concentração, com as dez maiores empresas representando 39% da capitalização de mercado, e "valuations" elevados. Ameaças tarifárias ou mudanças nas expectativas de cortes do Fed podem provocar correções

temporárias. Investidores precisarão adotar uma gestão ativa para mitigar riscos e diversificar além da tecnologia, explorando setores como financeiro e serviços públicos, e regiões com fortes tendências estruturais, como o Japão, com suas reformas corporativas, ou países asiáticos emergentes que participam do "boom" de IA global.

Embora as perspectivas para 2025 sejam positivas, incertezas nas políticas dos EUA, estímulos na China e riscos geopolíticos permanecem.

Seja qual for a preocupação do investidor, é fundamental lembrar que os mercados não sobem em linha reta. Manter uma visão de longo prazo e buscar diversificação global é sempre a melhor estratégia.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188104?page=1
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188104?page=1§ion=4)**

Gleisi deve ganhar ministério no Planalto

» **VICTOR CORREIA**

A presidente nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR), é cotada para assumir a Secretaria-Geral da Presidência da República, pasta responsável pela articulação do governo com movimentos sociais.

Ela deve assumir o cargo ocupado atualmente por Márcio Macêdo.

Por sua vez, o ministro ainda não tem destino definido, mas pode ser indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para alguma estatal.

Gleisi é aliada próxima de Lula e considerada uma das principais candidatas para o governo na iminente **reforma ministerial**.

O presidente estuda anunciar uma série de mudanças na Esplanada para ajustar o funcionamento do Executivo e acomodar forças políticas, especialmente do centro.

A deputada federal tem perfil mais combativo e defende pautas que agradam movimentos sociais, mesmo quando vão de encontro a outros vetores do governo. Por exemplo, ela criticou diversas vezes as políticas de austeridade fiscal apresentadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A Secretaria-Geral é uma das pastas palacianas, ligadas diretamente ao gabinete de Lula, o que permite articulação próxima entre os ministros e o presidente.

Gleisi também tem bom trato com parlamentares, auxiliando na defesa de pautas caras ao governo no Congresso.

A gestão de Márcio Macêdo, por sua vez, vem sendo criticada pela falta de diálogo com movimentos sociais e pela baixa mobilização.

Apesar disso, o ministro é aliado próximo do presidente e frequentemente elogiado.

Interlocutores da Secretaria-Geral procurados pelo Correio destacaram que Macêdo continua trabalhando normalmente na pasta, apesar das movimentações por sua saída, e que inclusive está finalizando o planejamento para 2025 e 2026.

Caso a nomeação se confirme, Gleisi terá de deixar o

cargo de presidente nacional do PT, que ocuparia até julho deste ano. O prefeito de Araraquara, Edinho Silva, é o mais cotado para substituí-la.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/01/30/all.pdf>

A eleição de 2026 será de mudança; crise do pix foi so mais um sintoma

THIAGO PRADO *thiago.prado@oglobo.com.br*

ENTREVISTA - Renato Pereira/ marqueteiro, Prestes a fechar com Zema, estrategista diz que gestão Lula passa imagem de tolerância com a **inflação** e que vigora uma coalizão de fachada

Pesquisa Genial/Quaest divulgada na segunda-feira atestou pela primeira vez o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mais impopular do que popular a menos de dois anos da eleição. Até no Nordeste, fortaleza da esquerda nas últimas corridas presidenciais, houve queda considerável no apoio ao governo. Neste ano, a newsletter "Jogo Político", do GLOBO, vai conversar com especialistas em comunicação, estratégia política e pesquisas para projetar o período daqui até a corrida ao Palácio do Planalto. O primeiro entrevistado é o marqueteiro e antropólogo Renato Pereira, prestes a fechar contrato com o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), pré-candidato à Presidência. Pereira já foi o estrategista político de Sérgio Cabral, Luiz Fernando Pezão, Eduardo Paes, Marcelo Freixo, Aécio Neves e, mais recentemente, José Sarto. Abaixo, os principais trechos da conversa:

Diante dos números da pesquisa Quaest, acha que a eleição do ano que vem tende a ser de continuidade ou mudança?

A eleição de 2026 será de mudança. O ponto de virada aconteceu em novembro: o anúncio de um ajuste fiscal bisonhamente associado a um benefício fiscal. A partir daí, consolidou-se a imagem de um governo tolerante com a **inflação** e alérgico aos fatos. A crise do Pix foi só mais um sintoma. Some a isso o fim do presidencialismo de coalizão e um Congresso hiperativo e temos uma noção do nível de instabilidade atual.

Mas a **inflação** não é mais de alimentos do que propriamente de aquecimento da demanda?

Não sou economista. Entendo a **inflação** brasileira como um produto do desajuste fiscal e da falta de confiança do mercado na condução do país. Lula demonstrou em novembro que não quer corrigir o rumo. Daqui para a frente é ainda mais improvável que isso aconteça.

E sobre o Congresso, o que fazer então? Admitir a

impotência e dar todas as emendas que os deputados querem, dar mais cargos em **reforma ministerial**?

Um presidente forte com maioria no Congresso talvez possa superar o impasse. Não é o que temos hoje, quando vigora uma coalizão de fachada. A **reforma ministerial** segue a lógica de um protocolo vencido, não será capaz de garantir governabilidade. E a máquina de emendas parlamentares em que se transformou o Congresso é insustentável.

Não dá tempo ainda de o governo reverter a queda com medidas e o fator Sidônio?

Claro que dá tempo. Mas não vai acontecer porque Lula associa gasto público com popularidade. O Brasil já tentou controlar a **inflação** com jogadas de marketing no passado, mas não deu muito certo.

A indefinição de nomes na oposição e a incerteza sobre Bolsonaro não acabam beneficiando Lula e o PT?

Qual seria o melhor nome da direita para vencer?

Talvez devéssemos prestar mais atenção nas semelhanças do que nas diferenças óbvias entre Lula e Bolsonaro. Os dois são líderes desestabilizadores, acentuam a desordem e a incerteza no país. Lula, pela condução anacrônica da economia; Bolsonaro, pelos rompantes golpistas. Há um espaço claro para quem seja capaz de oferecer um outro caminho para os brasileiros.

Essa análise não cai na cilada de achar que um nome de centro tem chances quando na verdade o que vemos é a manutenção da polarização?

A polarização é como a fotografia de uma onda em um mar turbulento. Pode dar a impressão de ser uma montanha imóvel, mas a realidade é bem diferente. O cenário no Brasil e no mundo é de mudança e de incerteza crescentes. A disputa política central não é entre direita e esquerda, mas entre insiders e outsiders. Não há espaço para terceira via, mas sobra para quem venha por fora.

Com tantos políticos se reelegendo e tanta demonstração de força do Centrão no Congresso, a força dos outsiders não deveria ser considerada muito

mais pontual do que estrutural?

Ser outsider em uma eleição depende menos da biografia e mais do argumento de venda. (Emmanuel) Macron se apresentou como uma alternativa fora do sistema partidário francês, fundou seu próprio movimento e bateu os partidos tradicionais sendo um ex-ministro da economia de (François) Hollande. (Jair) Bolsonaro foi deputado por sete mandatos antes de vencer como outsider. Existem outsiders de esquerda, como Pablo Iglesias, (Gustavo) Petro, Andrés Manuel López Obrador; ao centro, como Macron; e à direita, como Bolsonaro, (Javier) Milei e (Donald) Trump. O que há de comum entre eles é se apresentar ao eleitor com atitude e mensagem antissistema. Existe uma clara demanda por líderes que se posicionam contra o establishment, porque uma multidão de pessoas se sente na corda bamba com a torrente de mudanças que estamos vivendo. E ainda tem que aturar as lições de moral de quem dá as cartas do jogo.

"O ponto de virada aconteceu em novembro: o anúncio de um ajuste fiscal bisonhamente associado a um benefício fiscal. A partir daí, consolidou-se a imagem de um governo tolerante com a inflação e alérgico aos fatos"

"Ser outsider em uma eleição depende menos da biografia e mais do argumento de venda"

Este texto foi originalmente publicado na newsletter "Jogo Político". Assine no site do GLOBO: oglobo.globo.com/politica

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/oglobo/20250130/page/39>

Centrão critica demora da reforma

Marcelo Ribeiro, Caetano Tonet e Murillo Camarotto De Brasília

Parlamentares do Centrão têm manifestado insatisfação com a demora da **reforma ministerial**. Fontes ouvidas pelo Valor apontam o que veem como uma suposta "apatia" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não estaria conduzindo o processo de mudanças na Esplanada com a celeridade considerada necessária para um governo que tem enfrentado dificuldades de relacionamento com o Congresso.

A especulação sobre uma eventual ida da deputada de Gleisi Hoffmann (PT-PR), presidente nacional do partido, para a Secretaria-Geral da Presidência, é vista como natural, uma vez que a pasta não é alvo de cobiça de nenhuma das legendas do bloco. Para o Centrão, o ministério, atualmente ocupado pelo petista Márcio

Macêdo, deve ficar sob responsabilidade de um correligionário do presidente para a interlocução do governo com os movimentos sociais.

Nas últimas semanas, aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e outras lideranças do Centrão, como o deputado Hugo Motta (Republicano-PB), favorito a suceder Lira no comando da Mesa Diretora da Casa, têm cobrado mais dedicação do Palácio do Planalto na reformatação do primeiro escalão do governo.

A principal demanda é que as mudanças contemplem e empoderem os partidos do bloco, que seriam essenciais para dar sobrevida ao governo - a leitura do grupo é que o atual cenário mostra Lula fragilizado e que um fortalecimento no curto prazo é crucial para que ele ganhe fôlego para a corrida presidencial de 2026.

Segundo apurou o Valor, a eventual entrada de Gleisi no time

de Lula "não conta nem com a simpatia, nem com a antipatia do Centrão" ainda que ela tenha despejado críticas públicas ao bloco em mais de uma oportunidade.

As objeções vêm dos aliados. O senador Ornar Aziz (PSD-AM) tem restrições à mudança e argumenta que a presidente do PT é crítica a atuação de Fernando Haddad (PT) no Ministério da Fazenda. "Eu não tenho

nada contra a Gleisi. Ela é preparada", pontuou Ornar. "Mas a gente tem que dar convergência entre os ministros. Ela é uma crítica da economia. Como a gente vai fazer? Não estou entendendo."

Reservadamente, um parlamentar influente do Centrão ironiza que o ingresso dela na Esplanada poderia até contribuir para uma melhora da relação com o Executivo, já que ela dedicaria menos tempo a fazer provocações contra o bloco.

Ponderam, porém, que Lula deveria dar a mesma prioridade a to-

dos os ajustes que pretende fazer. Na avaliação deles, o presidente tem se dedicado mais às mudanças que envolvem pastas comandadas por petistas, o que reforça a percepção de que ele pensará nas demais mudanças na sequência.

Ao Valor, Aziz reclamou da condução do governo na concretização da **reforma ministerial**, afirmando que o Planalto abriu espaço para o que chamou de "especulações".

De acordo com fontes, o mandatário precisa encontrar espaços para contemplar Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sem esquecer partidos como o Republicanos e o União, que chegam aos principais postos do Legislativo com Motta e Davi Alcolumbre (União-AP), respectivamente, a partir de 1 - de fevereiro.

Além disso, há o entendimento de que PSD e MDB, que têm três ministérios cada um, preci-

Gleisi: eventual ida de deputada para a

sam ser ouvidos sobre o redesenho do primeiro escalão, já que sempre entregaram muitos votos para o governo nos dois primeiros anos de mandato de Lula.

Destacam ainda que é preciso garantir aos possíveis novos ministros uma autonomia para trabalhar e "tinta na caneta para entregar na ponta".

Secretaria-Geral não mobiliza o bloco

"Não adianta entregar ministério por entregar. Se o escolhido não tiver tinta na caneta e não puder discordar de ações ou decisões de Lula, o ambiente político não vai melhorar. Isso precisa ser levado em

conta pelo presidente. E essas definições precisam ser rápidas", cobrou uma importante liderança do Centrão.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188104?page=14§ion=1>

Kassab vê Haddad 'fraco' e Lula com chance de revés; PSD expõe insatisfação

JOÃO SORIMA NETO, LUIS FELIPE AZEVEDO E JENIFFER GULARTE

Presidente do PSD, partido da base do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e secretário de Governo e Relações Institucionais na gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) em São Paulo, Gilberto Kassab avaliou ontem que uma reeleição do atual presidente não seria fácil, se a disputa fosse hoje, e fez críticas à condução da economia ao afirmar que o titular da Fazenda, Fernando Haddad (PT), é um "ministro fraco". A declaração se somou ontem a outras sinalizações negativas de integrantes do PSD ao governo Lula, em um momento em que a legenda negocia mais espaço na Esplanada dos Ministérios.

Kassab destacou que Lula tem perdido apoio mesmo na sua base eleitoral e que não tem uma marca forte, como teve em seus primeiros mandatos.

-Hoje (a reeleição) não é fácil. Em quase 23 anos, desde que Lula se elegeu, o PT nunca teve uma queda (de popularidade) no Nordeste. Se fosse hoje, ele estaria na campanha, mas não na posição de favorito, mas sim de derrotado. Mas Lula sempre é um candidato forte -afirmou Kassab em evento com investidores em São Paulo.

RECUO NA APROVAÇÃO

Pesquisa Genial/Quaest divulgada na segunda-feira mostrou que houve queda de cinco pontos percentuais na aprovação ao governo do petista, puxada pela avaliação dos eleitores com menor renda e pelos moradores da Região Nordeste, tradicional reduto do PT. A desaprovação à gestão Lula avançou para 49% e superou numericamente o apoio ao governo (47%) pela primeira vez desde o início do terceiro mandato do presidente na série histórica do instituto.

O presidente do PSD acrescentou que o sucesso da economia depende de um ministro forte na área, que consiga se impor no governo. Após listar ex-ministros que considera que foram titulares da economia fortes, como Pedro Malan, Antonio Palocci, Henrique Meirelles e Paulo Guedes, Kassab disse ver Haddad com dificuldades para comandar a pasta:

- Ele (Haddad) externa-liza convicções e projetos, que acabam não se tornando realidade porque ele não

consegue se impor no governo. Um ministro da economia fraco não é um bom indicativo.

Após a fala de Kassab, o ministro da Fazenda afirmou que não havia lido a declaração ao ser questionado enquanto apresentava à imprensa uma proposta de reformulação do crédito consignado para trabalhadores com carteira assinada.

- Não li essa declaração, não tomei conhecimento - disse Haddad.

Também no evento de ontem, Kassab elogiou Tarcísio de Freitas, a quem se referiu como um "candidato forte". O presidente do PSD, que atua como articulador político do governador, porém, ponderou que Tarcísio indica preferência por buscar a reeleição no governo de São Paulo e não pretende disputar o Planalto. Para a corrida presidencial em 2026, o presidente do PSD citou ainda os nomes do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), e do governador do Paraná, Ratinho Jr. (PSD), seu correligionário.

- Outro candidato é o Tarcísio, lógico. Mas ele não será candidato. Está muito decidido. Ele tem dito publicamente que tem de continuar como governador. Se o Tarcísio não for candidato, cada partido vai

lançar o seu. Todos eles vão ter 15%, 16% (de votos) e um deles vai para o segundo turno - avaliou.

O PSD tem hoje três ministérios no governo Lula, (Minas e Energia, Agricultura e Pesca), mas convive com insatisfações internas de políticos que não conseguem emplacar seus apadrinhados em cargos da máquina federal e, na outra ponta, de uma ala que resiste a aderir à gestão petista. Em meio à expectativa de que a gestão Lula faça uma **reforma ministerial**, a legenda avalia que está sub-representada, após ter bom desempenho nas eleições municipais, e tenta trocar a pasta da Pesca, que tem André de Paula à frente, pela do Turismo, sob a chefia de Celso Sabino, do União Brasil.

O Turismo tem um orçamento três vezes superior ao da Pesca e inclui a possibilidade de direcionar verbas para atividades que atraem atenção do eleitorado, como shows e eventos. O pleito do PSD e a costura dos espaços que ficarão com o União Brasil contribuirão para atrasar a reforma, inicialmente

prevista para meados de janeiro.

ESCOLHA DE GLEISI

Em outra crítica de um integrante do PSD ao governo, o senador Ornar Aziz (PSD-AM) defendeu ontem que a possível escolha da presidente do PT, a deputada federal Gleisi Hoffmann, para a Secretaria-Geral da Presidência, cogitada internamente, "não será boa para o presidente Lula".

- Eu adoro a Gleisi, a Gleisi é minha amiga, não tenho nada contra ela, mas ela é militante -disse Aziz em entrevista ao portal Uol.

O senador também questionou como Lula poderá colocar no governo "uma ministra que faz críticas a outro ministro".

- Gleisi faz críticas ao Haddad... Como é que você vai botar uma ministra que faz crítica a outro ministro? Me explica aí isso. Como é que você faz isso, hein? Eu queria entender o raciocínio -acrescentou.

Lula avalia nomear Gleisi para a vaga ocupada hoje por Márcio Macêdo, também do PT, por considerar que a petista tem boa relação com movimentos sociais e já demonstrou capacidade de mobilização com a esquerda e na defesa do governo. A pasta comandada por Macêdo é responsável pela interlocução com a sociedade civil.

AUSÊNCIA DE RATINHO JR.

Em mais uma sinalização do PSD ao governo Lula, o governador do Paraná, Ratinho Júnior, não participou ontem de uma cerimônia para anunciar investimentos para obras em estradas do Paraná e não enviou representantes ao evento, o que gerou incômodo na gestão federal. Diante da ausência do governador, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, cobrou "reciprocidade" de governadores da oposição durante a cerimônia no Palácio do Planalto.

-As vezes, é difícil para alguns governadores prisioneiros da polarização que não reconhecem, mas o presidente Lula segue republicano e trabalhando sempre em parceria, porque o Brasil pode fazer muito mais - disse Mercadante, sem citar nomes.

Na semana passada, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), também foi criticado por integrantes do governo após faltar a um evento que oficializou a concessão de um trecho da BR-381, localizada em Minas. Na ocasião, Zema trocou farpas com o ministro de Transportes, Renan Filho (MDB).

"Se fosse hoje (a eleição), ele (Lula) estaria na campanha, mas não na posição de favorito, mas sim de derrotado"

"Um ministro da economia fraco não é um bom indicativo"

Gilberto Kassab, presidente do PSD, sobre condução do governo

"Como é que você vai botar uma ministra que faz crítica a outro ministro?"

Omar Aziz, senador do PSD-AM. ao criticar possível indicação de Gleisi Hoffmann para ministério

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/oglobo/20250130/page/39>

Críticas de Kassab ao governo federal acirram tensão do PSD com Lula por espaço na Esplanada

Luis Felipe Azevedo

Presidente do PSD, partido da base do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e secretário de Governo e Relações Institucionais na gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) em São Paulo, Gilberto Kassab avaliou na quarta-feira que uma reeleição do atual presidente não seria fácil, se a disputa fosse hoje, e fez críticas à condução da economia ao afirmar que o titular da Fazenda, Fernando Haddad (PT), é um "ministro fraco". A declaração se somou na quarta-feira a outras sinalizações negativas de integrantes do PSD ao governo Lula, em um momento em que a legenda negocia mais espaço na Esplanada dos Ministérios.

Kassab destacou que Lula tem perdido apoio mesmo na sua base eleitoral e que não tem uma marca forte, como teve em seus primeiros mandatos.

- Hoje (a reeleição) não é fácil. Em quase 23 anos, desde que Lula se elegeu, o PT nunca teve uma queda (de popularidade) no Nordeste. Se fosse hoje, ele estaria na campanha, mas não na posição de favorito, mas sim de derrotado. Mas Lula sempre é um candidato forte - afirmou Kassab em evento realizado pelo UBS e UBS/BB, em São Paulo.

Pesquisa Genial/Quaest divulgada na segunda-feira mostrou que houve queda de cinco pontos percentuais na aprovação ao governo do petista, puxada pela avaliação dos eleitores com menor renda e pelos moradores da Região Nordeste, tradicional reduto do PT. A desaprovação à gestão Lula avançou para 49% e superou numericamente o apoio ao governo (47%) pela primeira vez desde o início do terceiro mandato do presidente na série histórica do instituto.

O presidente do PSD acrescentou que o sucesso da economia depende de um ministro forte na área, que consiga se impor no governo. Após listar ex-ministros que considera que foram titulares da economia fortes, como Pedro Malan, Antonio Palocci, Henrique Meirelles e Paulo Guedes, Kassab disse ver Haddad com dificuldades para comandar a pasta:

- Ele (Haddad) externaliza convicções e projetos, que acabam não se tornando realidade porque ele não

consegue se impor no governo. Um ministro da economia fraco não é um bom indicativo.

Após a fala de Kassab, o ministro da Fazenda afirmou que não havia lido a declaração ao ser questionado sobre as críticas enquanto apresentava à imprensa uma proposta de reformulação do crédito consignado para trabalhadores com carteira assinada.

- Não li essa declaração, não tomei conhecimento - disse Haddad.

Também no evento de quarta-feira, Kassab elogiou Tarcísio de Freitas, a quem se referiu como um "candidato forte". O presidente do PSD, que atua como articulador político do governador, porém, ponderou que Tarcísio indica preferência por buscar a reeleição no governo de São Paulo e não pretende disputar o Planalto. Para a corrida presidencial em 2026, o presidente do PSD citou ainda os nomes do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), e do governador do Paraná, Ratinho Jr. (PSD), seu correligionário.

- Outro candidato é o Tarcísio, lógico. Mas ele não será candidato. Está muito decidido. Ele tem dito publicamente que tem de continuar como governador. Se o Tarcísio não for candidato, cada partido vai lançar o seu. Todos eles vão ter 15%, 16% (de votos) e um deles vai para o segundo turno - avaliou.

O PSD tem hoje três ministérios no governo Lula, (Minas e Energia, Agricultura e Pesca), mas convive com insatisfações internas de políticos que não conseguem emplacar seus apadrinhados em cargos da máquina federal e, na outra ponta, de uma ala que resiste a aderir à gestão petista. Em meio à expectativa de que a gestão Lula faça uma **reforma ministerial**, a legenda avalia que está sub-representada, após ter bom desempenho nas eleições municipais, e tenta trocar a pasta da Pesca, que tem André de Paula à frente, pela do Turismo, sob a chefia de Celso Sabino, do União Brasil.

O Turismo tem um orçamento três vezes superior ao da Pesca e inclui a possibilidade de direcionar verbas para atividades que atraem atenção do eleitorado,

como shows e eventos. O pleito do PSD e a costura dos espaços que ficarão com o União Brasil contribuíram para atrasar a reforma, inicialmente prevista para meados de janeiro.

Em outra crítica de um integrante do PSD ao governo, o senador Omar Aziz (PSD-AM) defendeu na quarta-feira que a possível escolha da presidente do PT, a deputada federal Gleisi Hoffmann, para a Secretaria-Geral da Presidência, cogitada internamente, "não será boa para o presidente Lula".

- Eu adoro a Gleisi, a Gleisi é minha amiga, não tenho nada contra ela, mas ela é militante - disse Aziz em entrevista ao portal Uol.

O senador também questionou como Lula poderá colocar no governo "uma ministra que faz críticas a outro ministro".

- Gleisi faz críticas ao Haddad... Como é que você vai botar uma ministra que faz crítica a outro ministro? Me explica aí isso. Como é que você faz isso, hein? Eu queria entender o raciocínio - acrescentou.

Lula avalia nomear Gleisi para a vaga ocupada hoje por Márcio Macêdo, também do PT, por considerar que a petista tem boa relação com movimentos sociais e já demonstrou capacidade de mobilização com a esquerda e na defesa do governo. A pasta comandada por Macêdo é responsável pela interlocução com a sociedade civil.

Em mais uma sinalização do PSD ao governo Lula, o governador do Paraná, Ratinho Júnior, não participou na quarta-feira de uma cerimônia para anunciar investimentos para obras em estradas do Paraná e não enviou representantes ao evento, o que gerou incômodo na gestão federal. Diante da ausência do governador, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, cobrou "reciprocidade" de governadores da oposição durante a cerimônia no Palácio do Planalto.

- Às vezes, é difícil para alguns governadores prisioneiros da polarização que não reconhecem, mas o presidente Lula segue republicano e trabalhando sempre em parceria, porque o Brasil pode fazer muito mais - disse Mercadante, sem citar nomes.

Na semana passada, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), também foi criticado por integrantes do governo após faltar a um evento que oficializou a concessão de um trecho da BR-381, localizada em Minas. Na ocasião, Zema trocou farpas com o ministro de Transportes, Renan Filho (MDB).

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/01/30/criticas-de-kassab-ao-governo-federal-acirram-tensao-do-psd-com-lula-por-espaco-na-esplanada.ghtml>

Bancos resistem a teto para taxa de juros

Governo e bancos ainda não chegaram a um acordo sobre os juros que serão cobrados pelo crédito consignado aos trabalhadores do setor privado. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu - após a reunião no Planalto para apresentar a proposta às instituições financeiras - que haja um teto. Os bancos rejeitam a ideia.

"Isso (o nível dos juros) vai ser matéria deliberada pelo presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) no encaminhamento", disse Haddad.

Técnicos do governo defendem que deve haver limites nesse tipo de crédito para evitar "abusos".

Uma das ideias do Executivo é ampliar o uso do **FGTS**, que funciona como uma poupança do trabalhador, para servir como garantia nas operações, mas ainda não há consenso.

Já o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, disse que a criação de um teto de juros pode gerar "disfuncionalidades" na competição entre as instituições.

Ele também afirmou que quanto mais garantias forem oferecidas por parte do trabalhador, mais barato será o acesso ao crédito.

"Achamos que esse produto deveria nascer com liberdade do ponto de vista de taxas. Cabe ao governo decidir. Quanto mais os bancos puderem competir entre si para ofertar essa linha, significa dizer que o consumidor, o trabalhador, vai poder migrar do banco A para o banco B e para o banco C. O teto costuma gerar algumas disfuncionalidades na competição. Essa é a nossa tese, mas essa é uma decisão governamental", disse Sidney, reiterando que o mercado consegue se "autorregular".

Sidney afirmou ainda que os bancos não reivindicaram uma ampliação na garantia do **FGTS**.

"Quanto mais garantia, mais barato o crédito. Nós não estamos aqui necessariamente reivindicando a garantia do **FGTS** para essa linha. O que nós estamos aqui reivindicando é uma plataforma que possa ser provida com informações para análise do risco de crédito. Se tiver garantia, tanto melhor", destacou.

Apetite.

Sidney avaliou ainda que, neste novo modelo de

crédito consignado privado, a precificação do risco vai depender do apetite das instituições financeiras. "Cada banco tem seu critério de concessão. Imaginemos o seguinte, os trabalhadores são muito diferenciados (...) Se essas informações forem levadas para o E-social e os bancos enxergarem quantos empregados a empresa tem, qual é o porte da empresa, qual é a faixa de renda, quanto tempo esse empregado tem na empresa, qual é o nível de endividamento que esse empregado tem em outras linhas de crédito, tudo isso é um conjunto de informações que faz com que os bancos consigam aferir o risco de crédito e ofertar esse produto com taxas", avaliou.

Hoje, o trabalhador titular do fundo pode oferecer como garantia até 10% do saldo de sua conta vinculada ao **FGTS** - e, em caso de demissão, pode ser oferecida ainda a totalidade da multa de 40% que é paga pelo empregador no ato da dispensa.

Nos bastidores, integrantes do governo discutiam a possibilidade de ampliar esse percentual do **FGTS**, mas até em razão da posição dos bancos a ideia não deve prosperar.

Embora vejam de forma positiva as mudanças no consignado privado, as instituições discordavam da visão do governo de que o novo formato poderia substituir a antecipação do **saque-aniversário** do **FGTS**.

Segundo Haddad, a extinção do dispositivo não foi debatida no encontro ontem.

Sob o argumento de que o saque prejudica o **FGTS** ao reduzir recursos disponíveis para habitação e saneamento, o Ministério do Trabalho defende que a modalidade seja extinta em paralelo à criação do novo consignado privado. Os bancos afirmam, por outro lado, que os públicos dos dois produtos têm baixa sobreposição, porque muitos dos clientes da antecipação do saque estão negativados e não têm emprego.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/01/30/all.pdf>

Copom eleva juros para 13,25% ao ano

» **FERNANDA STRICKLAND**

O Banco Central (BC) decidiu elevar a taxa básica de juros da economia, a Selic, em um ponto percentual, passando de 12,25% para 13,25% ao ano. A decisão foi anunciada, ontem, após reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) e contou com unanimidade entre os nove diretores da instituição.

O aumento era amplamente esperado pelo mercado financeiro, especialmente após o próprio BC ter sinalizado, em dezembro, que adotaria uma postura mais rígida diante do avanço da **inflação**. A elevação da Selic marca a primeira decisão do Copom sob a presidência de Gabriel Galípolo, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para comandar o órgão.

A decisão reflete a preocupação com a **inflação** crescente no país. No **comunicado** divulgado, após a reunião, o Copom indicou que, caso o cenário atual se mantenha, a Selic poderá sofrer novo aumento de igual magnitude na próxima reunião.

"Diante da continuidade do cenário adverso para a convergência da **inflação**, o Comitê antevê, em se confirmando o cenário esperado, um ajuste de mesma magnitude na próxima reunião", disse o documento divulgado pela instituição.

O BC reforçou que o ciclo de alta dos juros deve continuar nos próximos meses, dependendo do comportamento da **inflação** e dos fatores econômicos que influenciam os preços.

"Para além da próxima reunião, o Comitê reforça que a magnitude total do ciclo de aperto monetário será ditada pelo firme compromisso de convergência da **inflação** à meta e dependerá da evolução da dinâmica da **inflação**, em especial dos componentes mais sensíveis à atividade econômica e à política monetária, das projeções de **inflação**, das expectativas de **inflação**, do hiato do produto e do balanço de riscos", afirmou o Copom.

Com a Selic mais alta, o crédito para consumidores e empresas tende a ficar mais caro, o que pode afetar o consumo e os investimentos. Por outro lado, o aumento dos juros também tem o objetivo de conter a **inflação**, tornando o cenário mais previsível para a economia a longo prazo.

O mercado aguarda os passos do Banco Central e os

efeitos das novas taxas sobre os índices de preços. A próxima reunião do Copom será decisiva para definir o ritmo do aperto monetário e os rumos da política econômica no país.

A economista-chefe do Ouribank, Cristiane Quartaroli, aponta que o BC justificou a elevação da Selic apontando riscos inflacionários persistentes e um ambiente externo desafiador. "O Comitê reforçou que seguirá monitorando os indicadores mais sensíveis e tomará as medidas necessárias para conter a **inflação**, sinalizando ao menos mais um ajuste da mesma magnitude na próxima reunião", ressalta.

O economista Allan Couto, fundador da Calculadora do GAIN, destaca três principais motivos para o aumento da Selic.

"Em primeiro lugar, há o controle da **inflação**, que precisa ser combatida neste momento. Em segundo, a desvalorização do real frente ao dólar exige uma política monetária mais rígida para manter e atrair investidores", diz.

A decisão do Copom ocorre em um contexto no qual o Federal Reserve (Fed), banco central dos Estados Unidos, optou por manter os juros estáveis. Isso amplia o diferencial de juros entre Brasil e EUA, o que pode ser positivo para a taxa de câmbio ao estimular o ingresso de capital estrangeiro. No entanto, Quartaroli ressalta que o mercado já havia precificado esse movimento, o que pode reduzir os impactos imediatos na cotação do dólar.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/01/30/all.pdf>

Crise da imigração e a necessidade de novas posturas (Editorial)

A Comunidade dos Estados Latino- Americanos e Caribenhos (Celac) suspendeu a reunião de emergência, marcada para hoje, que discutiria a deportação de imigrantes latinos pelo governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, uma promessa de campanha eleitoral que começou a ser cumprida nos primeiros dias do seu segundo mandato. A falta de consenso entre os presidentes da Celac - Argentina e El Salvador são aliados do republicano - foi o que pesou para o adiamento, segundo a presidente de Honduras e da Comunidade, Xiomara Castro. Não há nova data para encontro.

O recuo se soma a outro, que teve o chefe de Estado colombiano, Gustavo Petro, como protagonista. Na sexta-feira, Petro avisou, em uma rede social, que impediria a entrada no país de avião da força aérea americana com deportados pelo fato de os passageiros estarem sendo tratados como criminosos. Trump reagiu de imediato, anunciando que elevaria para 25% a taxa de todos os produtos colombianos comercializados nos Estados Unidos. Petro retrucou, prometendo aplicar as mesmas tarifas, mas acabou voltando atrás e autorizando o desembarque dos imigrantes transportados em aviões militares em Bogotá.

No Brasil, 88 deportados desembarcaram em Manaus, na sexta-feira, nas mesmas condições. Chamou a atenção do governo brasileiro e causou indignação o fato de os passageiros estarem com algemas nas mãos e pés acorrentados.

Para muitos, foi uma humilhação e um desrespeito aos direitos humanos. O Ministério de Relações Exteriores entendeu como degradante o tratamento dado aos brasileiros e anunciou que pediria explicações ao governo norte-americano. Diferentemente do governo colombiano, agiu de forma menos precipitada. Ainda assim, Trump, dias depois, afirmou que o Brasil é um "tremendo criador de tarifas" e que vai imputar tarifas a países que querem prejudicar os Estados Unidos.

Em uma de suas primeiras entrevistas, na cerimônia de posse, o republicano afirmou a jornalistas que os latinos precisam dos Estados Unidos, que, por sua vez, não precisam de ninguém. A realidade, no entanto, é bem diferente. A intenção de tarifar os produtos importados em patamares elevados pode ter impacto nas negociações entre os exportadores e os

compradores norte-americanos.

Um deles seria o aumento da **inflação** nos Estados Unidos. Um efeito negativo para o governo de Trump. Dependendo das exigências, os fornecedores podem direcionar os produtos para outros mercados, reduzindo os insumos necessários às indústrias e a outros segmentos da economia americana.

Desprezar a importância de imigrantes e expulsá-los também pode causar prejuízo expressivo aos Estados Unidos, como mostra relatório feito por eles próprios.

Divulgado em julho, um estudo do Gabinete de Orçamento do Congresso intitulado Efeitos do aumento da imigração no orçamento federal e na economia previu que o crescimento da imigração, entre 2024 e 2034, elevaria tanto as receitas federais quanto os gastos obrigatórios e juros da dívida. Entre efeitos diretos e indiretos, haveria uma redução dos deficits em US\$ 900 bilhões ao longo dos 10 anos seguintes.

Trump parece não medir esforços para demonstrar que voltou à Casa Branca para estremecer as estruturas do planeta em nome do seu alicerce de campanha: "Make America first again" (Tornar a América grande novamente). No comando da maior economia do mundo, há um político também bastante disposto a reinaugurar a era das bravatas.

Qualquer descuido é combustível para a gestão performática. Ainda que tenham interesses diversos em relação aos Estados Unidos, Brasil e demais países da América Latina precisam considerar o modus operandi do polêmico chefe da Casa Branca ao se movimentar no novo tabuleiro diplomático.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/01/30/all.pdf>

Dureza do Copom nomeado por Lula - CELSO MING

CELSO MING

Onegacionismo do presidente Lula quanto ao rombo das contas públicas está saindo caro para o País e para ele.

A **inflação**, que estourou a meta em 2024, ameaça estourar também em 2025. A alta dos alimentos vai corroendo a popularidade do presidente, que já se declarou em modo eleições 2026. E os juros básicos (Selic), que saltaram nesta quarta-feira 1 ponto porcentual, para 13,25% ao ano, irão para 14,25% ao ano em março e daí sabe-se lá para qual nível.

Nada do que foi relatado no **comunicado** do Copom, que se seguiu à decisão sobre os juros nesta quarta-feira, é novidade para quem acompanha a marcha da economia: é o mercado de consumo aquecido demais, não acompanhado pelo aumento da oferta de mercadorias e serviços; é o mercado de trabalho muito pressionado; é o despejo excessivo de moeda pelo governo, incapaz de deter a gastança; são as expectativas se deteriorando; é o dólar caro demais; e são as incertezas que se acentuaram lá fora, especialmente depois da posse de Donald Trump.

Ninguém gosta de juro alto. Mas agora o presidente Lula não pode mais desancar a presidência do Banco Central, como o fez no tempo da liderança de Roberto Campos Neto, já que o novo presidente, Gabriel Galípolo, e a maioria dos diretores estão lá por condução do próprio presidente. A decisão do Copom sob o novo comando foi especialmente dura.

Os juros estão indo em direção aos 15% ao ano porque o governo Lula deixou solta demais a política fiscal. Mas o presidente Lula não reconhece isso. Segue empurrando o déficit com a barriga e trata a **inflação** como se não passasse de especulação de produtores e atacadistas ou de outra falha de comunicação - já que os ministros não conseguem rebater a perda de confiança no espraiamento da dívida pública com divulgação dos grandes feitos do governo.

O presidente sente a perda de chão eleitoral produzida pela alta dos alimentos, mas gira em falso na busca de antídotos.

O atual ciclo de alta dos juros parece longe do fim

porque não sobra opção ao Banco Central senão tirar do mercado parte do dinheiro que o governo vai injetando com sua política fiscal. E juros altos concorrem inexoravelmente para o aumento da dívida pública, para o en-carecimento do crédito, para a redução da atividade econômica e para o desgaste do governo perante a opinião pública.

Enquanto isso, os empresários da CNI e Fiesp comportam-se como cães que mordem o pau que lhes é atirado e não a mão de quem o atira. Eles só reclamam dos juros altos, sem, no entanto, apontar para a verdadeira fonte do estouro e sem indicar solução.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fed mantém juros e diz que inflação está "elevada"

O Fed (banco central americano) manteve ontem as taxas de juros no intervalo entre 4,25% e 4,50% e disse, em **comunicado**, que a **inflação** "permanece elevada" e que o mercado de trabalho "está sólido", o que, para analistas, pode implicar em menos cortes nos próximos meses. Desde setembro, o Fed cortava as taxas.

"Nossa meta é 2% (de **inflação** anualizada) e pretendemos voltar a ela de forma sustentável", disse Powell, em entrevista coletiva.

Ele disse ainda que é mais difícil avaliar para onde a **inflação** caminha em parte por causa da incerteza sobre o impacto das medidas do presidente dos EUA, Donald Trump, sobre a economia. Na semana passada, o republicano disse em uma teleconferência no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, que "exigiria" do Fed um corte dos juros. Ontem, Powell disse não ter tido "nenhum contato" com Trump.

Em dezembro, o Fed sinalizaram que pode reduzir sua taxa mais duas vezes neste ano. ap

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inércia deve ganhar peso na inflação de serviços em 2025

Anais Fernandes De São Paulo

A inércia, isto é, fração da **inflação** passada que é transferida para o presente, deve ganhar participação nos serviços ao longo de 2025 a despeito dos juros ainda mais elevados, após um ano em que os preços do setor foram marcados pelo peso da economia apertada e da deterioração das expectativas - este último um movimento que deve se estender ao longo de 2025.

O componente das expectativas foi o principal responsável pela **inflação** de serviços no ano passado, contribuindo com 2,06 pontos percentuais (p.p.) dos 4,8%, ainda que um pouco abaixo da média histórica de 20 anos, de 2,52 p.p. É o que aponta um estudo da LCA 4intelligence a partir de metodologia do Banco Central que divide a **inflação** de serviços em três componentes macroeconômicos (expectativas, inércia e hiato do produto) e um residual.

"As expectativas são as projeções dos agentes econômicos sobre o comportamento futuro dos preços. Quando esses agentes esperam **inflação** alta, as empresas podem ajustar os preços de maneira antecipada; os trabalhadores podem demandar maiores reajustes salariais. Tudo isso cria um ciclo que alimenta a **inflação** de serviços", diz Bruno Imaizumi, economista da LCA 4intelligence. "Expectativas bem ancoradas, em linha com a meta de **inflação**, ajudariam a controlar mais os preços, porque os agentes não estariam esperando **inflação** mais acelerada no futuro."

A inércia inflacionária foi responsável por 1,95 p.p. da **inflação** de serviços em 2024, ante média de 2,44 p.p. A ideia da inércia é que a **inflação** passada afeta os preços correntes, por meio da indexação de contratos, por exemplo.

Já o hiato do produto, medida para a ociosidade da economia, contribuiu com 0,35 p.p. na **inflação** de serviços, mas bem acima da média histórica, que é negativa em 0,17 p.p. "O hiato pega a diferença entre o **PIB** observado e o potencial. Ele tem uma relevância significativa para os serviços. Quando é positivo, indica que a demanda, de alguma maneira, supera a oferta, e isso pressiona os preços em serviços. As famílias com mais renda disponível podem ir mais a restaurantes e fazer mais viagens, por exemplo. Os

serviços são bastante sensíveis ao hiato", diz Imaizumi.

Enquanto isso, o componente residual viu sua participação cair em relação a 2023, para 0,40 p.p., ante média histórica de 1,42 p.p. Isso sugere, segundo a LCA, que os preços de serviços foram menos impactados por choques imprevisíveis ou desvios fora do controle - por exemplo, aumento repentino no custo de insumos, como combustível -, indicando possível normalização do segmento.

O exercício, junto com projeções sobre mercado de trabalho e juros, ajuda a sustentar a estimativa da LCA de uma **inflação** de serviços de 6% em 2025, uma aceleração em relação a 2024 e quase na média histórica, de 6,2%.

As premissas da LCA são que o mercado de trabalho continuará apertado e a política monetária seguirá mais restritiva, mas também menos crível e eficaz, uma vez que ela precisaria estar alinhada a uma política fiscal sustentável.

"Por mais que a gente espere alguma desaceleração do mercado de trabalho, principalmente no segundo semestre do ano, ele vai continuar apertado", diz Imaizumi. É sabido que a demanda por mão de obra mantém uma pressão sobre os salários, e parte da **inflação** de serviços é fortemente correlacionada a eles, por causa da alta participação da mão de obra no setor, explica a LCA.

O mercado de trabalho apertado pode levar a um aumento no peso das expectativas na composição da **inflação** de serviços, segundo a LCA, já que agentes econômicos podem antecipar uma **inflação** futura maior devido à pressão salarial e repassar isso para os preços de serviços.

Uma política monetária menos eficaz, por sua vez, pode amplificar esse efeito, aponta a consultoria. Empresas e consumidores podem continuar acreditando que os preços subirão de forma persistente, alimentando a indexação de contratos e salários, reforçando a inércia e perpetuando choques. Ou seja, mesmo com juros altos, a inércia tende a aumentar em 2025.

No fim de 2024, o coeficiente inercial calculado pelo

Banco Pine

- isto é, o quanto da **inflação** passada explicava a **inflação** corrente

- ainda estava abaixo da média para o período e da inércia no pré-pandemia. A desancoragem das expectativas, o ritmo de crescimento da atividade econômica e a depreciação da taxa de câmbio real, porém, devem elevar o coeficiente inercial nos próximos meses, segundo Cristiano Oliveira, economista-chefe do Pine.

"Essa pequena despontada que vimos sugere que pode ser o início de uma reaceleração. É cedo para dizer, mas todos esses fatores estão criando um ambiente propício para isso", afirma. "Por isso é necessário que a política monetária seja ativa, para que efeitos de segunda ordem não se propaguem para os preços da economia", acrescenta.

Se os agentes econômicos, porém, não acreditarem que o BC conseguirá controlar os preços, eles começarão a projetar uma **inflação** mais alta no futuro e isso possivelmente pode criar um ciclo negativo para as expectativas, levando a um aumento preventivo de preços, diz a LCA.

"A política monetária mais restritiva em 2025 pode ajudar a vermos uma contribuição menor do hiato para a **inflação** de serviços, porque a atividade deve desacelerar. Mas, ao mesmo tempo, temos um desequilíbrio entre política monetária e fiscal, que não passa credibilidade no médio longo prazo e traz problemas para a eficiência da política monetária", diz Imaizumi. "Eu espero aumento dos componentes de inércia e expectativas na **inflação** de serviços em 2025", afirma.

Uma política fiscal responsável reduziria a necessidade de juros muito elevados para conter a **inflação**, sobretudo a de serviços, que são sensíveis à demanda doméstica, tornando o ajuste da política monetária mais eficiente e menos oneroso para a economia, diz a LCA. Além disso, um sinal maior de compromisso melhoraria a confiança dos agentes, reduziria a incerteza e poderia fazer com que os reajustes fossem menores. "Quando há mais incerteza em jogo, os formadores de preços acabam fazendo reajustes mais salgados", afirma Imaizumi.

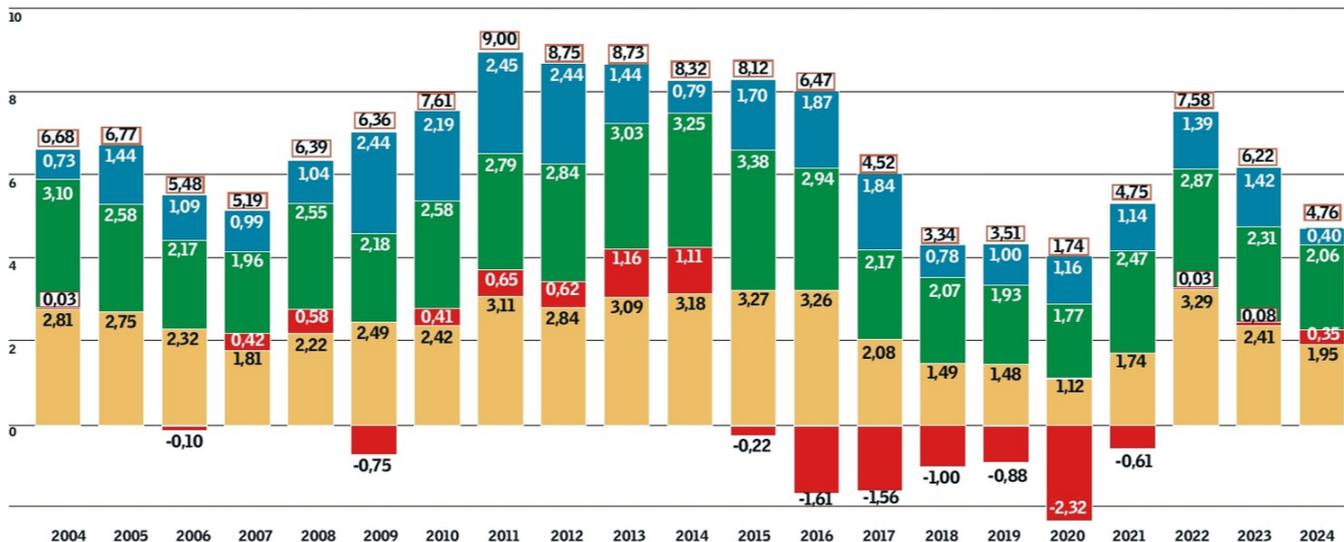
Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188104?page=14§ion=1>

Pressões sobre serviços

Inércia e expectativas devem pesar mais sobre preços do setor em 2025

● Inércia ● Hiato ● Expectativas ● Resíduos ● Inflação de serviços (TOTAL)



Fonte: LCA 4intelligence

Alimentos 'importantes' podem ter juro menor, afirma ministro

Estevão Taiar, Rafael Walendorff e Ruan Amorim De Brasília

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, afirmou nesta quarta-feira (29) que o governo estuda cobrar taxas de juros menores para culturas consideradas "importantes", como arroz, feijão e hortifrúteis, a fim de diminuir os preços dos alimentos. Ele comparou a possível medida ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que oferta crédito subsidiado a agricultores familiares.

"Em virtude da Selic [taxa básica de juros] tão alta, vamos ver o que é importante: arroz, feijão, hortifrúteis, para serem mais estimulados", disse Fávaro, na saída do Ministério da Fazenda, depois de reunião com o titular da pasta, Fernando Haddad. "Isso ajuda contra a **inflação**."

Esse tipo de estímulo já é aplicado no Pronaf desde 2023. No Plano Safra 24/25, a produção de alimentos básicos tem juros de 3% ao ano para pequenos produtores. A medida, em estudo, no entanto, pode ser estendida também para o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

Por outro lado, Fávaro não estimou os custos para implementação da iniciativa. A redução das taxas finais aos agricultores gera impacto no orçamento destinado à equalização dos juros pelo governo federal em cenário de aperto fiscal.

De acordo com Fávaro, as medidas que vêm sendo estudadas não são heterodoxas e, caso sejam adotadas, terão caráter "pontual" e "sem nenhuma pirotecnia". Alíquotas do imposto de importação sobre determinados alimentos, por exemplo, seriam diminuídas apenas "eventualmente, se tiver necessidade, sem afetar a produção interna".

Segundo ele, a queda do dólar em relação a dezembro e a "super-safra que se avizinha" já ajudam a diminuir o preço dos alimentos.

Ele também afirmou que, "quando a gente bate recordes de exportação [de alimentos], não está concorrendo com o mercado interno". "Ao contrário, nós estamos estimulando a economia, gerando emprego, renda mais alta para o brasileiro, que

consegue comprar mais alimentos", disse o ministro.

O preço dos alimentos será debatido em nova reunião nesta quinta-feira (30), na sede da pasta da Fazenda, com a participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O presidente Lula cobrou de ministros na semana passada um plano para baixar os preços de alimentos, visando melhorar sua popularidade de olho na eleição do ano que vem.

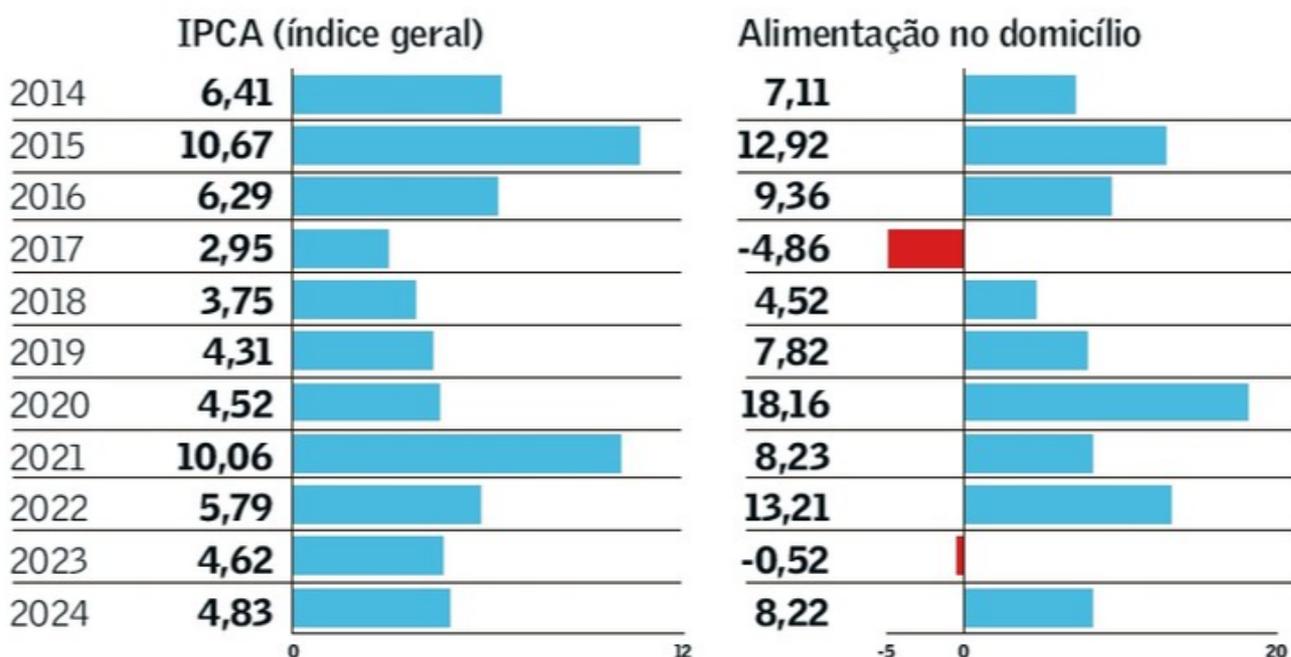
Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188104?page=14§ion=1>

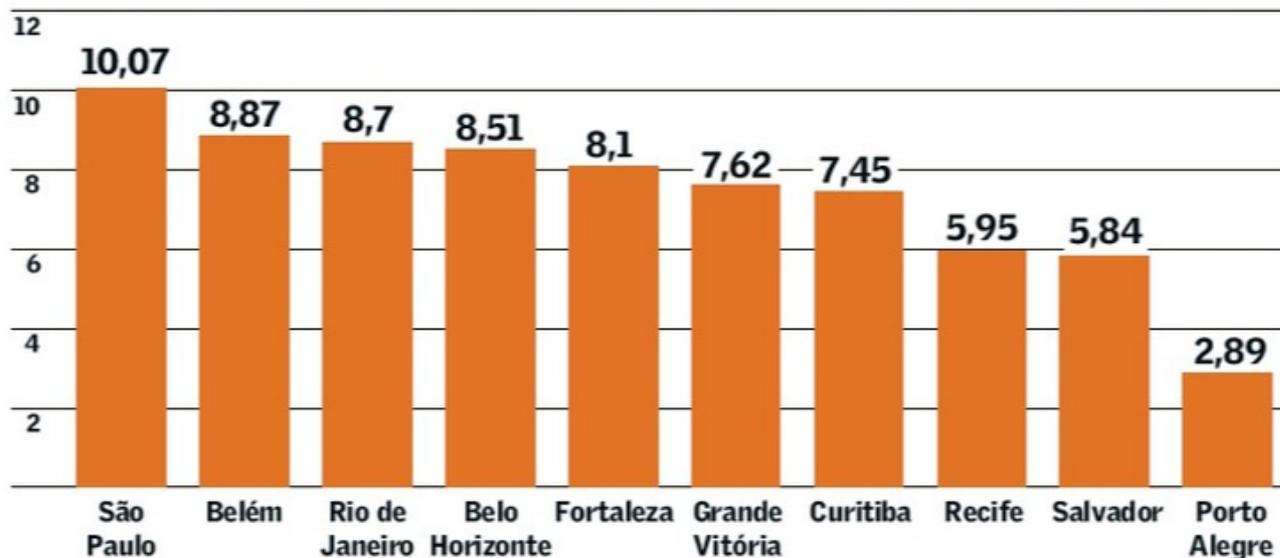
Impacto no bolso

Preços dos alimentos rodam acima da inflação geral

Variação dos preços no ano - em %



Inflação da alimentação no domicílio em 12 meses em dez/2024, por região metropolitana - em %



Fontes: MCM e IBGE

'Inflação deve piorar mais e Selic ir além dos 14,25%'

Ainda que o Comitê de Política Monetária (Copom), em seu **comunicado** de decisão nesta quarta-feira, não tenha dado perspectivas sobre o que irá fazer após a reunião de março, os dados de **inflação** mais recentes com composição pior, além da desancoragem das expectativas e do câmbio mais depreciado, devem fazer com que o colegiado continue elevando os juros depois de a Selic atingir o patamar de 14,25%. Essa é a avaliação do economista-chefe da JGP, Fernando Rocha. Ele diz que o tom da mensagem do Banco Central ontem esteve em linha com o esperado pelo mercado, não assumindo um tom suave ou conservador, e mostrando que a autoridade estará mais dependente dos dados econômicos.

Valor: Qual a sua avaliação sobre a decisão do Copom?

Fernando Rocha: O Copom fez o correto, o que era esperado pelo mercado. A maioria das pessoas com quem eu converso dizia esperar por um **comunicado** sem 'guidance' [orientação futura]. Havia uma minoria que esperava que o colegiado mantivesse o plural, mas é pouco usual dar orientação para mais de dois meses. Estamos falando de adiantar movimentos de 90 dias. São três meses, e nesse intervalo de tempo pode ocorrer muita coisa. A decisão de dezembro foi inusual e se deu porque era um período de transição de equipe.

Valor: Mas se tivesse que dizer que o **comunicado** pende para algum lado, qual seria?

Rocha: Diria que tem algumas partes pequenas em que o texto pode ser lido como mais 'dovish' [favorável ao afrouxamento monetário], mas isso seria procurar pelo em ovo. Por exemplo, quando menciona os riscos de baixa em um cenário inflacionário, ele cita uma desaceleração doméstica, enquanto no **comunicado** anterior mencionava uma desaceleração global. O Copom, então, nota que a atividade local pode perder bastante ímpeto, dado que os juros estão em níveis mais elevados. Além disso, há a menção a um cenário menos inflacionário para as economias emergentes, ao meu ver uma referência a possíveis medidas tarifárias vindas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Por enquanto não houve nenhum anúncio, mas ele pode fazer isso no próximo final de semana. Outro ponto está no fim do texto, mas é um

ponto neutro, e que poderia ter sido mais 'hawkish' [favorável ao aperto monetário]. Quando deixa aberto o que vai ocorrer no futuro, o colegiado poderia ter usado o plural e fala-

do de ritmo, indicando que iria aumentar a Selic em mais algum patamar depois de março, mas não houve referência a próximas reuniões depois disso, nem mesmo à velocidade, apenas à magnitude total do ciclo de aperto.

Valor: Houve piora na projeção de **inflação** pelo BC, isso muda a sua leitura de alguma forma?

Rocha: Esperávamos que eles fossem projetar a **inflação** a 4% em 18 meses, e foi isso o que ocorreu. Houve piora nos indicadores desde dezembro, mas não quer dizer que vai ficar assim. Quando você tem os juros mais elevados, a **inflação** converge lá na frente. A medida que vão surgindo dados novos, o cenário vai mudando. O BC tem o tempo a favor dele. Se nada acontecer de pior, quando mudar esse horizonte do terceiro para o quarto trimestre de 2026, a **inflação** deverá cair. Vai chegar a algum momento em que o BC vai ter que parar de subir mesmo com a **inflação** desancorada. À medida que você vai andando no tempo, essa projeção vai caindo. Ele não vai cumprir a ferro e fogo. É por isso que eu acho que ele está certo em não dar 'guidance' agora. É aquela metáfora da água fria e da água quente. Agora é preciso abrir um pouco da torneira de água fria para esfriar um pouco a economia. À medida que a atividade for perdendo força ele vai mexendo aos poucos na torneira-

"Banco Central está certo ao não dar orientação das próximas reuniões" Fernando Rocha

ra. Não pode mexer demais porque pode errar a dose. Não precisa que o IPCA venha em 3% para que ele altere sua postura.

Valor: Na leitura de vocês a **inflação** então ainda deve piorar antes de melhorar?

Rocha: Espero que daqui para frente o relatório Focus ainda tenha alguma piora. Talvez com mudanças mais graduais, piorando não tão rapidamente como agora. Hoje minha projeção de IPCA para 2025 é de 5,7% e de 2026 de 4,5%, ligeiramente acima do Focus. Claro

que vai depender dos dados que forem saindo. Se os dados não pioraram, o Focus pode mudar com menos força, convergindo para a minha projeção. Mas até mesmo a minha projeção pode ser ajustada para cima.

Valor: Vocês mantêm, então, a Selic a 15,50% no fim do ciclo?

Rocha: Continuamos. Se fosse ler o **comunicado** de ontem, ao pé da letra, teria até um risco de ser menos. Ele ficou bem livre. E de 14,25% para 15,5% há um bom caminho. Mas o núcleo da **inflação** veio ruim, houve desvalorização do câmbio em dezembro. O dólar mudou de patamar, apesar de ter apreciado recentemente. Agora está mais perto de R\$ 6,00 do que de R\$ 5,60, como estava em outubro. As importações já pegam esse preço novo. Por isso, vejo que teremos notícias ruins pelo lado da **inflação** por alguns meses. Chegaremos em março com a necessidade do Banco Central dar algum 'guidance' para maio. O que eu tenho como projeção é de 0,75 ponto percentual em maio e 0,50, em junho. Pode ser que as coisas evoluam, e não seja necessário, mas, por enquanto, meu cenário permanece válido.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188104?page=1
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188104?page=1§ion=4)**